

SUMÁRIO

LIVRO I

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1. JURISDIÇÃO	3
1.1. Conceito	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais	5
1.2.1. Autotutela	5
1.2.2. Autocomposição	6
1.2.3. Arbitragem	7
1.3. Escopos da jurisdição	8
1.4. Características principais	10
1.4.1. Caráter substitutivo	10
1.4.2. Lide	11
1.4.3. Inércia	12
1.4.4. Definitividade	14
1.5. Princípios da jurisdição	15
1.5.1. Investidura	15
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território)	15
1.5.3. Indelegabilidade	16
1.5.4. Inevitabilidade	17
1.5.5. Inafastabilidade	18
1.5.6. Juiz natural	21
1.6. Espécies de jurisdição	21
1.6.1. Jurisdição penal ou civil	22
1.6.2. Jurisdição superior ou inferior	22
1.6.3. Jurisdição comum e especial	22
1.7. Jurisdição voluntária	23
1.7.1. Características	23
1.7.1.1. Obrigatoriedade	23

1.7.1.2. Princípio inquisitivo	23
1.7.1.3. Juízo de equidade	24
1.7.1.4. Participação do Ministério Público como fiscal da lei	25
1.7.2. Natureza jurídica	26
1.7.2.1. Inexistência de caráter substitutivo	26
1.7.2.2. Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto	27
1.7.2.3. Ausência de lide	27
1.7.2.4. Não há partes, mas meros interessados	28
1.7.2.5. Não há processo, mas mero procedimento	28
1.7.2.6. Inexistência de coisa julgada material	29
1.8. Tutela jurisdicional	30
1.8.1. Espécie de crise jurídica	30
1.8.2. Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais	32
1.8.3. Coincidência de resultados com a satisfação voluntária	35
1.8.4. Espécie de técnicas procedimentais	36
2. PROCESSO	39
2.1. Introdução	39
2.1.1. Processo como procedimento	39
2.1.2. Processo como contrato	40
2.1.3. Processo como um quase-contrato	40
2.1.4. Processo como relação jurídica	41
2.1.5. Processo como situação jurídica	41
2.1.6. Processo como procedimento em contraditório	42
2.1.7. Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório	42
2.1.8. Conclusão	43
2.2. Procedimento	43
2.3. Relação jurídica processual	43
2.3.1. Composição	43
2.3.2. Características	45
2.3.3. Pressupostos processuais	46
2.3.3.1. Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo)	47
2.3.3.1.1. Investidura	47
2.3.3.1.2. Imparcialidade	47
2.3.3.1.3. Competência	48
2.3.3.2. Pressupostos processuais subjetivos (partes)	49
2.3.3.2.1. Capacidade de ser parte	49
2.3.3.2.2. Capacidade de estar em juízo	49
2.3.3.2.3. Capacidade postulatória	50
2.3.3.3. Pressupostos processuais objetivos	51

2.3.3.3.1. Pressupostos processuais objetivos extrínsecos	51
2.3.3.3.2. Pressupostos processuais objetivos intrínsecos	52
2.3.3.3.2.1. Demanda	52
2.3.3.3.2.2. Petição inicial apta	52
2.3.3.3.2.3. Citação válida	53
2.3.3.3.2.4. Regularidade formal	54
2.4. Princípios processuais	54
2.4.1. Devido processo legal	54
2.4.2. Contraditório	55
2.4.2.1. Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	56
2.4.2.2. Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz	57
2.4.2.3. Contraditório como forma de evitar surpresa às partes	58
2.4.2.4. Contraditório inútil	58
2.4.2.5. Contraditório diferido (ou postecipado)	59
2.4.3. Princípios do dispositivo e inquisitivo	61
2.4.4. Motivação das decisões	61
2.4.5. Isonomia	62
2.4.6. Publicidade dos atos processuais	64
2.4.7. Princípio da economia processual	65
2.4.8. Princípio da instrumentalidade das formas	66
2.4.9. Princípio da razoável duração do processo	67
2.4.10. Princípio da cooperação	69
3. AÇÃO	71
3.1. Teorias da ação	71
3.1.1. Teoria imanentista (civilista)	71
3.1.2. Teoria concreta da ação	72
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação	73
3.1.4. Teoria eclética	74
3.1.5. Teoria da asserção	75
3.2. Condições da ação	76
3.2.1. Introdução	76
3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido	77
3.2.3. Interesse de agir	78
3.2.4. Legitimidade	80
3.3. Elementos da ação	83
3.3.1. Introdução	83
3.3.2. Partes	83
3.3.3. Pedido	84

3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido	85
3.3.3.2. Pedidos genéricos	85
3.3.3.2.1. Universalidade de bens	85
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano	86
3.3.3.2.3. Valor depender de ato a ser praticado pelo réu	88
3.3.3.3. Pedido implícito	88
3.3.3.4. Cumulação de pedidos	90
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos	90
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si	91
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos	91
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental	92
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação	93
3.3.4. Causa de pedir	95
4. COMPETÊNCIA	99
4.1. Introdução	99
4.2. Competência relativa e absoluta	100
4.2.1. Competência relativa	101
4.2.1.1. Legitimado para argüir a incompetência relativa	101
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa	102
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa	104
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência relativa	105
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados	106
4.2.2. Competência absoluta	106
4.2.2.1. Legitimado para argüir a incompetência absoluta	106
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta	107
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta – atos praticados	108
4.2.2.4. Momento de argüição da incompetência absoluta	109
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa	110
4.3. Critérios para fixação da competência	111
4.4. Competência internacional	111
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade	111
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva	112
4.4.3. Litispendência internacional	112
4.5. Espécies de competência	113
4.5.1. Competência territorial	113
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC	114
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC	115

4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC	117
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC	117
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC	118
4.5.1.6. União	118
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF	119
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC	119
4.5.1.9. Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC	121
4.5.1.10. Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC	121
4.5.1.11. Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, a, do CPC	122
4.5.1.12. Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, b, do CPC	122
4.5.1.13. Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, c, do CPC	122
4.5.1.14. Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, d, do CPC	122
4.5.1.15. Reparação de dano – art. 100, V, do CPC	123
4.5.1.16. Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, b, do CPC	123
4.5.1.17. Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC	124
4.5.2. Competência funcional	124
4.5.2.1. Conceito	124
4.5.2.2. Competência funcional ou competência territorial absoluta?	125
4.5.2.2.1. Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias	126
4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública	127
4.5.3. Competência em razão da matéria	128
4.5.4. Competência em razão da pessoa	129
4.5.5. Competência em razão do valor da causa	129
4.5.5.1. Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/1995)	130
4.5.5.2. Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001	131
4.5.5.3. Foros regionais (distritais)	132
4.6. Competência da justiça federal	132
4.6.1. Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>)	133
4.6.1.1. Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”	133
4.6.1.1.1. Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal	133

4.6.1.1.2. Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo	134
4.6.1.1.3. União Federal e ação de usucapião	135
4.6.1.1.4. Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual	135
4.6.1.1.5. Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	136
4.6.1.2. Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”	137
4.6.1.3. Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”	137
4.6.2. Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>)	138
4.6.2.1. Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”	138
4.6.2.2. Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”	138
4.6.2.3. Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	138
4.6.2.4. Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”	139
4.7. Prorrogação de competência	139
4.7.1. Conceito	139
4.7.2. Prorrogação legal	140
4.7.2.1. Conexão e continência	140
4.7.2.1.1. Conceito	140
4.7.2.1.2. Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial?	141
4.7.2.1.3. Ratio da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC	141
4.7.2.1.4. Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	142
4.7.2.2. Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro	144
4.7.3. Prorrogações voluntárias	144
4.7.3.1. Eleição de foro	144
4.7.3.2. Vontade unilateral do autor	145
4.8. Prevenção	145
4.8.1. Conceito	145
4.8.2. Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição	146
4.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 Do CPC	146
4.10. Conflito de competência	148

4.10.1. Conceito	148
4.10.2. Legitimidade	149
4.10.3. Competência para o julgamento do conflito	150
4.10.4. Procedimento	151
5. LITISCONSÓRCIO	153
5.1. Conceito	153
5.2. Hipóteses de cabimento	154
5.3. Classificação do litisconsórcio	155
5.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto	155
5.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente)	156
5.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo	156
5.3.4. Litisconsórcio unitário e simples	158
5.4. Limitação do litisconsórcio facultativo	158
5.4.1. Reconhecimento de ofício pelo juiz	159
5.4.2. Pedido da parte	159
5.4.3. Litisconsórcio recusável?	160
5.4.4. Conseqüência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo	161
5.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções	162
5.6. Litisconsórcio ativo necessário?	165
5.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?	168
5.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário	168
5.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo	170
5.10. Dinâmica entre os litisconsortes	170
5.10.1. Atos de disposição de direito	171
5.10.2. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, II, do CPC)	171
5.10.3. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC)	172
5.10.4. Produção da prova	173
5.10.5. A confissão e o litisconsórcio	173
5.10.6. Prazo para os litisconsortes	175
6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	177
6.1. Intervenções típicas e atípicas	177
6.1.1. Processo/fase de conhecimento	178
6.1.2. Processo/fase de execução	179
6.1.3. Processo cautelar	180

6.2. Assistência	181
6.2.1. Introdução	181
6.2.2. Assistência simples (adesiva)	181
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada)	183
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo unitário?	184
6.2.4. Procedimento da assistência	185
6.2.5. Os poderes do assistente simples	188
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial	189
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão	190
6.2.8. Coisa julgada, justiça da decisão e coisa julgada	191
6.3. Oposição	192
6.3.1. Conceito e natureza jurídica	192
6.3.2. Espécies de oposição	194
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC)	194
6.3.2.2. Oposição como ação	194
6.3.2.3. Oposição após a sentença?	195
6.3.3. Procedimento	196
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição	197
6.3.5. Demanda bifronte	198
6.4. Nomeação à autoria	199
6.4.1. Conceito	199
6.4.2. Hipóteses de cabimento	200
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC)	201
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC)	201
6.4.3. Procedimento	203
6.5. Denúnciação da lide	205
6.5.1. Conceito	205
6.5.2. Hipóteses de cabimento	206
6.5.2.1. Denúnciação da lide pelo comprador evicto	206
6.5.2.2. Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC)	208
6.5.2.3. Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC)	209
6.5.3. Obrigatoriedade	210
6.5.4. Qualidade processual do denunciado	212
6.5.5. Denúnciação sucessiva	215
6.5.6. Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor	215
6.5.7. Procedimento da denúnciação pelo réu	216
6.6. Chamamento ao processo	219

6.6.1. Conceito	219
6.6.2. Hipóteses de cabimento	221
6.6.3. Procedimento	222
6.6.4. Chamamento ao processo no direito do consumidor	223
7. PROCEDIMENTO SUMÁRIO	225
7.1. Introdução	225
7.2. Sumariedade formal	226
7.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC)	227
7.4. Matérias (art. 275, II, do CPC)	228
7.4.1. Arrendamento rural e parceria agrícola	228
7.4.2. Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condô- mínio	229
7.4.3. Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico	229
7.4.4. Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre	230
7.4.5. Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução	230
7.4.6. Cobrança de honorários de profissionais liberais	230
7.4.7. Demais casos previstos em lei	231
7.5. Petição inicial	231
7.6. Citação	232
7.7. Audiência de conciliação	234
7.8. Presença das partes e patronos na audiência de conciliação	235
7.9. Resposta do réu	236
7.10. Casos de conversão em rito ordinário	237
7.11. Intervenção de terceiros	239
8. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	241
8.1. Introdução	241
8.2. Vício e nulidade	242
8.3. Classificação	244
8.4. Mera irregularidade	245
8.5. Nulidades relativas	246
8.6. Nulidade absoluta	248
8.7. Inexistência jurídica	250
8.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades	250

LIVRO II

CONHECIMENTO

9. PETIÇÃO INICIAL	255
9.1. Introdução	255
9.2. Requisitos estruturais da petição inicial	256
9.2.1. Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial	256
9.2.2. Indicação das partes e sua qualificação	257
9.2.3. Os fatos e o fundamento jurídico do pedido	258
9.2.4. Pedido	259
9.2.5. Valor da causa	259
9.2.6. Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	261
9.2.7. Requerimento para citação do réu	262
9.3. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	263
10. POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL	265
10.1. Introdução	265
10.2. Emenda da petição inicial	266
10.3. Indeferimento da petição inicial	267
10.3.1. Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação	267
10.3.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC)	269
10.3.2.1. Inépcia da petição inicial	269
10.3.2.2. Manifesta ilegitimidade de parte	270
10.3.2.3. Falta de interesse de agir	270
10.3.2.4. Prescrição e decadência	270
10.3.2.5. Procedimento inadequado	271
10.3.2.6. Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não-realização de emenda	271
10.4. Julgamento de improcedência liminar	272
10.4.1. Introdução	272
10.4.2. Requisitos para o julgamento de improcedência liminar	273
10.4.3. Conduta do juiz	274
10.4.4. Julgamento parcial de improcedência liminar?	275
10.4.5. Julgamento da apelação pelo tribunal	275
10.5. Citação	277
10.5.1. Conceito	277
10.5.2. Efeitos da citação	279
10.5.2.1. Efeitos processuais	279

10.5.2.1.1. Tornar a coisa litigiosa	279
10.5.2.1.2. Indução à litispendência	280
10.5.2.1.3. Prevenção do juízo	280
10.5.2.2. Efeitos materiais	281
10.5.2.2.1. Interrupção da prescrição	281
10.5.2.2.2. Constituição em mora do devedor	281
10.5.3. Modalidades de citação	282
10.5.3.1. Correio	282
10.5.3.2. Oficial de justiça	283
10.5.3.3. Edital	285
10.5.3.4. Meio eletrônico	287
11. RESPOSTAS DO RÉU	289
11.1. Introdução	289
11.2. Reconhecimento jurídico do pedido	290
11.3. Impugnação ao valor da causa	291
11.4. Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária	292
11.5. Contestação	294
11.5.1. Defesas processuais	294
11.5.1.1. Defesas dilatórias	295
11.5.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC)	295
11.5.1.1.2. Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC)	295
11.5.1.1.3. Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC)	296
11.5.1.2. Defesas peremptórias	296
11.5.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC)	296
11.5.1.2.2. Perempção (art. 301, IV, do CPC)	297
11.5.1.2.3. Litispendência (art. 301, V, do CPC)	298
11.5.1.2.4. Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC)	298
11.5.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC)	299
11.5.1.2.6. Carência da ação (art. 301, X, do CPC)	299
11.5.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias	299
11.5.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC)	299
11.5.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC)	300
11.5.2. Defesas de mérito	301
11.5.2.1. Defesa de mérito direta	301
11.5.2.2. Defesa de mérito indireta	301
11.5.3. Princípio da impugnação específica dos fatos	302
11.5.4. Princípio da eventualidade	303
11.6. Exceções rituais	304

11.6.1. Teoria geral das exceções	305
11.6.1.1. Legitimidade para alegação	305
11.6.1.2. Momento de alegação	305
11.6.1.3. Órgão competente para decidir a exceção	306
11.6.1.4. Prazo para a interposição da exceção	306
11.6.1.5. Termo inicial da contagem de prazo	307
11.6.1.6. Momento de suspensão do procedimento principal	307
11.6.1.6.1. Suspensão imprópria	308
11.6.1.6.2. Momento final da suspensão	308
11.6.2. Exceção de incompetência relativa	309
11.6.2.1. Prazo de interposição	309
11.6.2.2. Forma de alegação	309
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu	311
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência	312
11.6.2.5. Procedimento da exceção	312
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento	314
11.6.3.1. Procedimento	314
11.7. Reconvenção	316
11.7.1. Conceito	316
11.7.2. Condições da ação	317
11.7.2.1. Legitimidade de parte	317
11.7.2.2. Interesse de agir	320
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido	322
11.7.3. Pressupostos processuais	323
11.7.4. Procedimento	324
11.8. Ação declaratória incidental	325
11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção	327
12. REVELIA	329
12.1. Conceito	329
12.2. Efeitos	330
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros	330
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel	333
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito	334
12.3. Modificação objetiva da demanda	335
12.4. Ingresso do réu revel no processo	337
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório	337
12.4.1.1. Provas causais	338
12.4.1.2. Provas pré-constituídas	339

13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	341
13.1. Providências preliminares	341
13.2. Julgamento conforme o estado do processo	342
13.2.1. Introdução	342
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito	343
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC	343
13.2.4. Julgamento antecipado da lide	344
13.2.5. Saneamento do processo	346
14. PROVAS	351
14.1. Teoria geral das provas	351
14.1.1. Conceito de prova	351
14.1.2. Espécies de prova	352
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança	353
14.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”	354
14.1.5. Direito à prova no processo civil	356
14.1.6. Objeto da prova	357
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC)	358
14.1.6.2. Relevância e pertinência	358
14.1.6.3. Fatos notórios	358
14.1.6.4. Ausência de controvérsia	359
14.1.6.5. Presunção	359
14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC)	361
14.1.7. Ônus da prova	361
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC)	362
14.1.7.2. Inversão do ônus da prova	363
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova	365
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais	365
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz	366
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória	368
14.1.10. Valoração da prova	369
14.1.11. Prova emprestada	370
14.1.12. Prova ilícita	372
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas	373
14.1.13. Provas atípicas	374
14.2. Provas em espécie	375
14.2.1. Depoimento pessoal	375

14.2.1.1. Conceito	375
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal	376
14.2.1.3. Conseqüências do depoimento pessoal	377
14.2.1.4. Procedimento	379
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal	380
14.2.2. Da confissão	381
14.2.2.1. Conceito	381
14.2.2.2. Espécies de confissão	382
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão	383
14.2.2.4. Invalidação da confissão	384
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa	385
14.2.3.1. Conceito	385
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns	386
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária	387
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro	389
14.2.4. Da prova documental	390
14.2.4.1. Conceito	390
14.2.4.2. Documento público e sua força probante	391
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante	391
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental	393
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto	393
14.2.4.4.2. Procedimento	394
14.2.4.5. Produção da prova documental	396
14.2.5. Da prova testemunhal	397
14.2.5.1. Conceito	397
14.2.5.2. Cabimento	398
14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar	399
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha	400
14.2.5.5. Produção da prova testemunhal	401
14.2.6. Da prova pericial	404
14.2.6.1. Conceito e espécies	404
14.2.6.2. Cabimento	404
14.2.6.3. Procedimento	406
14.2.6.3.1. Indicação do perito	406
14.2.6.3.2. Escusa do perito	407
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa	407
14.2.6.3.4. Substituição do perito	408
14.2.6.3.5. Atos preparatórios	409
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes	410
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo	410
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento	411
14.2.6.5. Segunda perícia	412

14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial	412
14.2.7. Da inspeção judicial	413
14.2.7.1. Conceito	413
14.2.7.2. Procedimento	413
15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	415
15.1. Introdução	415
15.2. Procedimento	416
15.2.1. Abertura e pregão das partes	417
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição)	417
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos	418
15.2.4. Esclarecimentos do perito	419
15.2.5. Depoimento pessoal	419
15.2.6. Oitiva das testemunhas	419
15.2.7. Debates orais	419
15.2.8. Prolação da sentença	420
15.3. Audiência una e contínua	421
15.4. Adiamento da audiência	422
16. SENTENÇA	425
16.1. Conceito legal de sentença	425
16.2. Classificação das sentenças	428
16.2.1. Conteúdo da sentença	428
16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária	428
16.2.1.2. Sentença meramente declaratória	429
16.2.1.3. Sentença constitutiva	431
16.2.1.4. Sentença condenatória	432
16.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	433
16.2.1.6. Sentença mandamental	434
16.2.2. Resolução de mérito	434
16.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 267 do CPC)	435
16.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial	435
16.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes	435
16.2.2.1.3. Abandono do processo	436
16.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo	437
16.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência	438
16.2.2.1.6. Carência da ação	439
16.2.2.1.7. Convenção de arbitragem	440

16.2.2.1.8. Desistência da ação	440
16.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis	441
16.2.2.1.10. Confusão entre autor e réu	442
16.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 269 do CPC)	443
16.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido	444
16.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido	444
16.2.2.2.3. Transação	444
16.2.2.2.4. Prescrição e decadência	445
16.2.2.2.5. Renúncia	445
16.3. Requisitos da sentença	445
16.3.1. Relatório	446
16.3.2. Fundamentação	447
16.3.3. Dispositivo	447
16.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença	448
16.4. Princípio da congruência	448
16.4.1. Conceito	448
16.4.2. Exceções ao princípio da congruência	449
16.5. Sentença <i>extra petita</i>	450
16.5.1. Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	451
16.6. Sentença <i>ultra petita</i>	451
16.6.1. Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	452
16.7. Sentença <i>citra petita</i> (<i>infra petita</i>)	453
16.7.1. Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	454
16.8. Capítulos de sentença	455
17. COISA JULGADA	457
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material	457
17.2. Coisa julgada total e parcial	458
17.3. Conceito e natureza jurídica	459
17.4. Função negativa da coisa julgada	461
17.5. Função positiva da coisa julgada	462
17.6. Limites objetivos da coisa julgada	464
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada	465
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada	468
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas	469
17.10. Relativização da coisa julgada	470
17.10.1. Introdução	470
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional	471
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional	474

17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	477
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	482

LIVRO III

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	487
18.1. Introdução	487
18.1.1. Sucedâneos recursais internos	489
18.1.1.1. Reexame necessário	489
18.1.1.2. Correição parcial	490
18.1.1.3. Pedido de reconsideração	491
18.1.1.4. Impugnação	492
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação) .	492
19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	495
19.1. Introdução	495
19.2. Objeto imediato do recurso	495
19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir)	496
19.4. Abrangência da matéria impugnada	497
19.5. Independência ou subordinação	498
20. EFEITOS DOS RECURSOS	501
20.1. Introdução	501
20.2. Efeito obstativo	501
20.3. Efeito devolutivo	502
20.4. Efeito suspensivo	505
20.5. Efeito translativo	507
20.6. Efeito expansivo	508
20.7. Efeito substitutivo	510
20.8. Efeito regressivo	511
20.9. Efeito diferido	511
21. PRINCÍPIOS RECURSAIS	513
21.1. Duplo grau de jurisdição	513
21.1.1. Conceito	513
21.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição	515
21.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição	516

21.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional? .	517
21.2. Taxatividade (legalidade)	518
21.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade)	519
21.4. Voluntariedade	521
21.5. Dialeiticidade	521
21.6. Fungibilidade	523
21.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível	523
21.6.2. Inexistência de erro grosseiro	525
21.6.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor	525
21.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	526
21.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	528
21.9. Complementaridade	529
21.10. Consumação	530
22. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	531
22.1. Introdução	531
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal	533
22.2.1. Cabimento	533
22.2.2. Legitimidade recursal	535
22.2.2.1. Partes	535
22.2.2.2. Terceiro prejudicado	537
22.2.2.3. Ministério Público	538
22.2.3. Interesse recursal	539
22.2.3.1. Necessidade	539
22.2.3.2. Adequação	542
22.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extinto do direito de recorrer	543
22.2.4.1. Desistência	543
22.2.4.2. Renúncia	544
22.2.4.3. Aquiescência	545
22.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal	545
22.3.1. Tempestividade	545
22.3.2. Preparo	549
22.3.3. Regularidade formal	551
23. JUÍZO DE MÉRITO	553
23.1. Introdução	553
23.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	554
23.3. Pedido	555

24. APELAÇÃO	557
24.1. Cabimento	557
24.2. Procedimento	558
24.2.1. Introdução	558
24.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição	559
24.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau	561
24.3. Súmula impeditiva de recursos (art. 518, § 1.º, do CPC)	562
24.4. Saneamento de vícios durante o julgamento da apelação (art. 515, § 4.º, do CPC)	563
24.5. Novas questões de fato (art. 517 do CPC)	565
24.6. Teoria da causa madura	567
25. AGRAVO	571
25.1. Introdução	571
25.2. Agravos contra decisões interlocutórias de primeiro grau	571
25.2.1. Cabimento de agravo retido e de agravo de instrumento	571
25.2.1.1. Agravo retido	575
25.2.1.1.1. Agravo retido interposto de forma escrita	575
25.2.1.1.2. Juízo de retratação e termo inicial de prazo para as contra-razões	576
25.2.1.1.3. Agravo retido oral	577
25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido	578
25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido	578
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido	580
25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contra-razões	582
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal	584
25.2.1.2. Agravo de instrumento	585
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	585
25.2.1.2.1.1. Peças obrigatórias	587
25.2.1.2.1.2. Peças facultativas	588
25.2.1.2.1.3. Peças essenciais	588
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau	590
25.2.1.2.3. Procedimento	591
25.2.1.2.3.1. Distribuição (art. 527, <i>caput</i> , do CPC)	591
25.2.1.2.3.2. Negativa de seguimento liminar (art. 527, I, do CPC) ..	592
25.2.1.2.3.3. Conversão em agravo retido	592
25.2.1.2.3.4. Tutela de urgência	593
25.2.1.2.3.5. Requisição de informações	596
25.2.1.2.3.6. Intimação do agravo para a apresentação de contra-razões	596

25.2.1.2.3.7. Oitiva do Ministério Público	597
25.2.1.2.3.8. Julgamento do agravo	598
25.2.1.2.3.9. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença	598
25.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau	601
25.3.1. Agravo regimental	601
25.3.2. Agravo interno	603
25.3.2.1. Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único)	603
25.3.2.2. Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC)	604
25.3.2.3. Decisão que não admite o agravo de instrumento contra de- cisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário	605
25.3.2.4. Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC	606
25.3.2.5. Procedimento	608
25.3.2.5.1. Juízo de retratação	608
25.3.2.5.2. Inclusão em pauta	609
25.3.2.5.3. Contraditório	610
25.3.2.5.4. Agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado	610
25.3.3. Agravo de instrumento contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e extraordinário	612
25.3.3.1. Introdução	612
25.3.3.2. Cabimento	612
25.3.3.3. Requisitos formais	613
25.3.3.4. Procedimento	614
26. EMBARGOS INFRINGENTES	617
26.1. Cabimento	617
26.1.1. Hipóteses atípicas de cabimento	619
26.2. Objeto dos embargos infringentes	621
26.3. Efeitos dos embargos infringentes	622
26.4. Procedimento	624
27. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	627
27.1. Natureza jurídica	627
27.2. Cabimento	628
27.2.1. Pronunciamentos recorríveis	628
27.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração	629
27.3. Procedimento	632

27.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração	633
27.4.1. Embargos de declaração intempestivos	634
27.5. Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i>	635
27.6. Manifesto caráter protelatório	635
27.7. Embargos de declaração atípicos	637
27.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo	637
27.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes	638
28. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	641
28.1. Introdução	641
28.2. Cabimento	642
28.2.1. Causas internacionais	642
28.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança	643
28.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção	644
29. RECURSO ESPECIAL	647
29.1. Hipóteses de cabimento	647
29.1.1. Pressupostos cumulativos	647
29.1.1.1. Decisão de única ou última instância	647
29.1.1.2. Decisão proferida por tribunal	648
29.1.1.3. Prequestionamento	648
29.1.2. Pressupostos alternativos	650
29.1.2.1. Decisão contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal ..	650
29.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	651
29.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal	651
30. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	655
30.1. Hipóteses de cabimento	655
30.1.1. Pressupostos cumulativos	655
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância	655
30.1.1.2. Prequestionamento	656
30.1.1.3. Repercussão geral	657
30.1.2. Requisitos específicos	661
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional	661
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	662

30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal	663
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal	663
31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	665
31.1. Procedimento	665
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito	667
31.3. Efeitos dos recursos federais	669
31.3.1. Efeito devolutivo	670
31.3.2. Efeito suspensivo	671
31.4. Recursos excepcionais retidos	672
31.5. Julgamento por amostragem	675
32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	677
32.1. Introdução	677
32.2. Cabimento	677
32.2.1. Acórdão embargado	678
32.2.2. Acórdão paradigma	679
33. AÇÃO RESCISÓRIA	681
33.1. Natureza jurídica	681
33.2. Conceito de rescindibilidade	682
33.3. Objeto da rescisão	682
33.4. Hipóteses de cabimento	684
33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz	684
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo	685
33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei	685
33.4.4. Ofensa a coisa julgada	686
33.4.5. Violar literal disposição de lei	687
33.4.6. Prova falsa	688
33.4.7. Obtenção de documento novo	689
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença	690
33.4.9. Erro de fato	691
33.5. Legitimidade	692
33.6. Competência	694

33.7. Prazo	694
33.8. Ação executória e execução do julgado	695
33.9. Procedimento	696
33.9.1. Petição inicial	696
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial	699
33.9.3. Resposta do réu	699
33.9.4. Atividade saneadora	700
33.9.5. Fase probatória	701
33.9.6. Manifestações finais	701
33.9.7. Julgamento	702

LIVRO IV

EXECUÇÃO

34. FORMAS EXECUTIVAS	705
34.1. Introdução	705
34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva	705
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	709
35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	713
35.1. Introdução	713
35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i>	713
35.3. Patrimonialidade	715
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução	715
35.5. Utilidade	718
35.6. Menor onerosidade	719
35.7. Lealdade e boa-fé processual	719
35.8. Contraditório	722
36. PARTES NA EXECUÇÃO	725
36.1. Introdução	725
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução	726
36.2.1. Pólo ativo	726
36.2.2. Pólo passivo	727
36.3. Legitimação ativa	727
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo	727
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público	728
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores	730

36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado	731
36.4. Legitimidade passiva	731
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor	731
36.4.2. Legitimidade do responsável secundário	732
36.4.3. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores	733
36.4.4. Novo devedor	734
36.4.5. Fiador judicial	734
36.4.6. Responsável tributário	736
36.5. Intervenção de terceiros na execução	738
36.5.1. Intervenções típicas	738
36.5.2. Intervenções atípicas	740
37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO	743
37.1. Competência da execução de título executivo judicial	743
37.1.1. Introdução	743
37.1.2. Competência executiva dos tribunais	743
37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição	745
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC	745
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos	746
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i> ...	747
37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença arbitral	749
37.2. Competência da execução de título extrajudicial	750
37.3. Competência no processo de insolvência civil	751
38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	753
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial	753
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal	754
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução	755
38.4. Impenhorabilidade de bens	756
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana	756
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro	757
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	758
38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC)	758
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal	760
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado	760

38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional	761
38.4.2.6. Seguro de vida	764
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento	764
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família	764
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social	765
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança	765
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	766
38.5. Responsabilidade patrimonial secundária	766
38.5.1. Bens do sucessor a título singular	766
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei	767
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros	769
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida	769
38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução	772
38.6. Fraudes do devedor	772
38.6.1. Fraude contra credores	772
38.6.2. Fraude à execução	774
38.6.3. Fraude de bem constrito judicialmente	777
39. TÍTULO EXECUTIVO	779
39.1. Introdução	779
39.2. Títulos executivos judiciais	782
39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia	782
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado	785
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação	788
39.2.4. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	789
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente	789
39.2.6. Formal e certidão de partilha	790
39.2.7. Sentença arbitral	791
39.3. Títulos executivos extrajudiciais	791
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	792
39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores	793
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida	794
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio	795

39.3.5. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	796
39.3.6. Crédito de serventário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial	796
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	797
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva	798
40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA	799
40.1. Conceito	799
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial	800
40.3. Caução na execução provisória	802
40.4. Dispensa da caução	805
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente	807
40.6. Formalização dos autos da execução provisória	808
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública	809
41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	811
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	811
41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação	813
41.3. Vedação à sentença ilíquida	813
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo	815
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?	816
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada	818
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução: valor zero e ausência de provas do dano	819
41.8. Natureza jurídica da liquidação	821
41.9. Legitimidade ativa	822
41.10. Competência	823
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC)	824
41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor	825
41.12.1. Introdução	825
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros	825
41.12.3. Conseqüência da ausência de exibição de dados	826

41.12.4. Remessa dos autos ao contador	828
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador	829
41.13. Liquidação por arbitramento	830
41.13.1. Cabimento	830
41.13.2. Procedimento	831
41.14. Liquidação por artigos	832
42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER ..	835
42.1. Introdução	835
42.2. Aspectos procedimentais	836
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos	837
42.3.1. Vontade do exequente	837
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente	839
42.3.3. Procedimento da conversão em perdas e danos	839
42.4. Atipicidade das formas executivas	840
42.4.1. Prisão civil	841
42.5. Multa coercitiva	842
42.5.1. Introdução	842
42.5.2. Valor da multa	843
42.5.3. Beneficiado pela multa	844
42.5.4. Fazenda Pública em juízo	844
42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa	845
42.5.6. Exigibilidade da multa	847
43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA ...	851
43.1. Introdução	851
43.2. Aspectos procedimentais	852
44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	853
44.1. Introdução	853
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC) .	853
44.3. Multa e o “pagamento”	855
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cum- primento de sentença	856
44.5. Forma de provocação – requerimento	856
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC	857

44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação ..	858
44.8. Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador	859
44.9. Remessa dos autos ao arquivo	860
44.10. Honorários advocatícios	861
45. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	863
45.1. Introdução	863
45.2. Execução das obrigações de fazer	864
45.3. Execução das obrigações de não fazer	868
45.4. Obrigações de emitir declaração de vontade	870
46. PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ENTREGA DE COISA	873
46.1. Execução de entrega de coisa certa	873
46.2. Execução de entrega de coisa incerta	876
47. EXECUÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	879
47.1. Início do processo de execução	879
47.1.1. Petição inicial	879
47.1.2. Averbação da execução	882
47.1.3. Arresto executivo	883
47.1.4. Citação e pagamento	884
47.1.5. Atuação do oficial de justiça	886
47.1.6. Não-localização do devedor para a intimação da penhora	887
47.2. Moratória legal	889
47.2.1. Introdução	889
47.2.2. Moratória legal	889
47.2.3. Requisitos formais	890
47.2.4. Procedimento	892
47.2.5. Inadimplemento das parcelas	893
47.3. Penhora	893
47.3.1. Definição e efeitos	893
47.3.2. Ordem legal da penhora	896
47.3.3. Penhora de dinheiro (<i>on line</i>)	897
47.3.4. Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora	900
47.3.5. Procedimento da penhora	902
47.3.6. Substituição do bem penhorado	905
47.3.7. Penhoras especiais	908
47.4. Avaliação	910

47.5. Formas de expropriação	913
47.5.1. Introdução	913
47.5.2. Adjudicação	914
47.5.2.1. Introdução	914
47.5.2.2. Novo sistema de adjudicação	915
47.5.2.3. Momento da adjudicação	915
47.5.2.4. Valor da adjudicação	917
47.5.2.5. Legitimados a adjudicar	918
47.5.2.6. Concurso de pretendentes à adjudicação	918
47.5.2.7. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar	920
47.5.2.8. Auto de adjudicação	921
47.5.2.9. Adjudicação provisória	922
47.6. Alienação por iniciativa particular	922
47.6.1. Introdução	922
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido	923
47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judiciária ..	923
47.6.4. Requisitos para a alienação	925
47.7. Arrematação	926
47.7.1. Introdução	926
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública	927
47.7.3. Publicidade do edital	929
47.7.4. Dispensa da publicação de editais	930
47.7.5. Comunicações da hasta pública	931
47.7.6. Realização da hasta pública	933
47.7.7. Hasta pública eletrônica	934
47.7.8. Legitimados a arrematar	935
47.7.9. Procedimento da hasta pública	936
47.7.10. Arrematação ineficaz	938
47.7.11. Alienação antecipada	941
47.8. Usufruto executivo	942
47.8.1. Introdução	942
47.8.2. Objeto do usufruto executivo	943
47.8.3. Cabimento do usufruto executivo	944
47.8.4. Momento do usufruto executivo	946
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo	947
47.9. Entrega de dinheiro ao credor	948
48. EXECUÇÕES ESPECIAIS	953
48.1. Execução de prestação alimentícia	953

48.1.1. Introdução	953
48.1.2. Procedimento	955
48.1.2.1. Diferentes procedimentos	955
48.1.2.2. Execução por sub-rogação	955
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil	956
48.2. Execução contra a fazenda pública	958
48.2.1. Introdução	958
48.2.2. Procedimento	960
48.2.3. Regime dos precatórios	962
48.2.4. Dispensa de precatório	963
48.2.5. Preterição no pagamento	964
49. DEFESAS DO EXECUTADO	967
49.1. Introdução	967
49.2. Embargos à execução	967
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos	967
49.2.2. Garantia do juízo	969
49.2.3. Prazo dos embargos	969
49.2.4. Rejeição liminar dos embargos	972
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos	973
49.2.4.2. Inépcia da petição inicial	975
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios	975
49.2.5. Efeito suspensivo	977
49.2.5.1. Requisitos	977
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial	980
49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo	981
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo	982
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução	984
49.2.6.1. Início do procedimento	984
49.2.6.2. Revelia	986
49.2.6.3. Outras reações	988
49.2.6.4. Decisão dos embargos	989
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execução	991
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado	991
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea	992
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execu- ções	994
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa	996

49.3. Impugnação	997
49.3.1. Natureza jurídica	997
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação	998
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia	998
49.3.2.2. Inexigibilidade do título	999
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1000
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes	1000
49.3.2.5. Excesso de execução	1000
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença	1000
49.3.3. Procedimento	1001
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade	1003
49.4.1. Análise histórica	1003
49.4.2. Problemas de terminologia	1003
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré-executividade	1005
49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade	1006
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade	1008

LIVRO V

TUTELA DE URGÊNCIA

50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR	1015
50.1. Introdução	1015
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada	1017
50.2.1. Diferenças	1017
50.2.1.1. Natureza jurídica	1017
50.2.1.1.1. “Cautelares satisfativas”	1018
50.2.1.2. Requisitos para concessão	1020
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz	1020
50.2.1.4. Autonomia	1022
50.2.2. Identidades	1023
50.2.2.1. Provisoriedade	1023
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade	1024
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica	1025
50.2.2.4. Requisitos para concessão	1025
50.3. Conclusões da comparação	1026
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela	1026
50.3.1.1. Caução	1026
50.3.1.2. Audiência de justificação	1027
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva	1028
50.3.1.4. Competência	1028

50.3.1.5. Efeitos da apelação	1029
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência	1030
51. TUTELA ANTECIPADA	1033
51.1. Introdução	1033
51.2. Espécies de tutela antecipada	1033
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC)	1035
51.4. Efeitos antecipáveis	1038
51.5. Processos e procedimentos compatíveis	1041
51.6. Requisitos positivos	1043
51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação	1044
51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação	1046
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	1047
51.6.3.1. Abuso do direito de defesa	1047
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu	1048
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade	1049
51.8. Legitimação	1051
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão	1053
51.10. Momento da antecipação	1055
51.10.1. <i>Inaudita altera parte</i>	1055
51.10.2. Sentença	1057
51.10.3. Fase recursal	1060
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada	1062
51.12. Revogação ou modificação	1064
51.13. Efetivação	1066
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	1068
52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR	1071
52.1. Características	1071
52.1.1. Sumariedade	1071
52.1.2. Provisoriedade	1072
52.1.3. Instrumentalidade	1073
52.1.4. Revogabilidade	1074
52.2. Competência	1077
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC	1077
52.2.2. Ações cautelares probatórias	1079
52.2.3. Competência e prevenção do juízo	1080

52.2.3.1. Juízo competente e prevenção	1080
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção	1080
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias	1081
52.2.4. Competência cautelar em grau recursal	1082
52.3. Mérito cautelar	1083
52.4. Procedimento	1084
52.4.1. Petição inicial	1084
52.4.2. Contraditório na demanda cautelar	1086
52.4.3. Revelia	1087
52.4.4. Instrução probatória	1087
52.4.5. Sentença	1088
52.5. Liminar	1089
52.6. Coisa julgada material	1090
52.7. Poder geral de cautela	1092
52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar	1095
52.9. Cessação da eficácia da tutela cautelar	1096
52.9.1. Não-propositura da a�o principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC) ..	1096
52.9.2. Ausência de execu�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II)	1097
52.9.3. Extin�o do processo principal com ou sem resolu�o do mérito	1097
52.10. Responsabilidade objetiva	1098
52.10.1. Introdu�o	1098
52.10.2. Hipóteses legais de responsabilidade objetiva	1099
52.10.2.1. Sentença no processo principal for desfavorável (art. 811, I, do CPC)	1099
52.10.2.2. Obten�o da cautelar liminarmente e não-promo�o de cita�o do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC)	1099
52.10.2.3. Cessa�o da eficácia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC)	1100
52.10.2.4. Sentença de prescri�o e decadência (art. 811, IV, do CPC)	1100
52.10.3. Liquida�o e execu�o	1101
53. ARRESTO	1103
53.1. Conceito	1103
53.2. Pressupostos para a concessão do arresto	1104
53.3. Aspectos procedimentais	1106
54. SEQÜESTRO	1109
54.1. Conceito	1109

54.2. Distinção entre arresto e seqüestro	1110
54.3. Pressupostos para a concessão do seqüestro	1111
55. CAUÇÃO	1115
55.1. Conceito	1115
55.2. Classificação	1116
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (caução para pagamento de custas e honorários advocatícios)	1118
55.4. Aspectos procedimentais	1119
56. BUSCA E APREENSÃO	1121
56.1. Conceito	1121
56.2. Espécies	1122
56.3. Procedimento	1123
57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO	1125
57.1. Conceito de Exibição	1125
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento	1126
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória	1126
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal	1127
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento	1127
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento	1128
57.3. Procedimento da ação autônoma exhibitória	1129
57.3.1. Legitimidade	1129
57.3.2. Petição inicial e liminar	1130
57.3.3. Respostas do demandado	1131
57.3.4. Ausência de exibição	1132
57.3.5. Sentença	1133
58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	1135
58.1. Introdução	1135
58.2. Legitimidade	1136
58.2.1. Legitimidade ativa	1136
58.2.2. Legitimidade passiva	1137
58.3. Competência	1138

58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC	1138
58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas	1139
58.4. Aspectos procedimentais	1140
58.4.1. Petição inicial	1140
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas	1141
58.4.3. Liminar	1143
58.4.4. Respostas do requerido	1143
58.4.5. Preparação e realização da prova	1145
58.4.6. Sentença	1147
59. ALIMENTOS PROVISIONAIS	1149
59.1. Conceito e natureza jurídica	1149
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios	1150
59.3. Procedimento	1152
60. ARROLAMENTO DE BENS	1155
60.1. Visão geral	1155
61. JUSTIFICAÇÃO	1157
61.1. Introdução	1157
61.2. Natureza jurídica não-cautelar	1158
61.3. Jurisdição voluntária	1159
61.4. Espécie de prova produzida	1160
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal	1161
61.6. Competência	1162
61.7. Procedimento	1163
61.7.1. Petição inicial	1163
61.7.2. Citação dos interessados	1164
61.7.3. Participação do Ministério Público	1165
61.7.4. Não-admissão de defesa	1165
61.7.5. Irrecorribilidade	1166
61.7.6. Sentença	1167
62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	1169
62.1. Conceito	1169
62.2. Natureza jurídica	1170
62.3. Procedimento	1171

63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	1175
63.1. Introdução	1175
63.2. Natureza jurídica	1176
63.3. Penhor legal e autotutela	1177
63.4. Procedimento	1178
64. POSSE EM NOME DE NASCITURO	1181
64.1. Introdução	1181
64.2. Natureza jurídica	1182
64.3. Legitimidade	1183
64.4. Procedimento	1183
65. ATENTADO	1185
65.1. Conceito e cabimento	1185
65.2. Natureza jurídica	1187
65.3. Procedimento	1188
66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS	1191
66.1. Introdução	1191
66.2. Protesto de título	1192
66.3. Apreensão de títulos	1193

LIVRO VI

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	1197
67.1. Introdução	1197
67.2. Consignação extrajudicial	1197
67.3. Competência	1199
67.4. Legitimidade	1200
67.5. Objeto da demanda consignatória	1200
67.6. Procedimento	1201
67.7. Complementação do depósito	1204
67.8. Consignação de prestações periódicas	1205
67.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito	1206
67.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios	1207

68. AÇÃO DE DEPÓSITO	1211
68.1. Introdução	1211
68.2. Legitimidade e Competência	1212
68.3. Procedimento	1213
68.4. Depositário judicial	1215
68.5. Prisão civil	1216
69. AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR	1217
69.1. Introdução	1217
69.2. Ação de reivindicação	1218
69.3. Ação de substituição de título ao portador	1219
69.4. Ação de anulação e substituição de título ao portador	1220
70. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	1223
70.1. Introdução	1223
70.2. Legitimidade	1224
70.3. Natureza dúplice	1225
70.4. Competência	1226
70.5. Ação de exigir contas	1226
70.6. Ação de dar contas	1229
71. AÇÕES POSSESSÓRIAS	1231
71.1. Proteção possessória	1231
71.2. Fungibilidade	1232
71.3. Ação dúplice?	1233
71.4. Competência	1234
71.5. Legitimação	1235
71.6. Exceção de domínio	1235
71.7. Cumulação de pedidos	1236
71.8. Procedimento	1237
71.8.1. Reintegração e manutenção de posse	1237
71.8.2. Interdito proibitório	1240
72. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA	1243
72.1. Introdução	1243

72.2. Cabimento	1244
72.3. Legitimidade	1245
72.4. Procedimento	1246
72.5. Embargo extrajudicial	1248
73. AÇÃO DE USUCAPIÃO	1249
73.1. Definição de usucapião	1249
73.2. Requisitos gerais e específicos da usucapião	1250
73.3. Legitimação	1251
73.4. Competência	1253
73.5. Petição inicial	1253
73.6. Citações e intimações	1254
73.7. Sentença e transcrição no registro de imóveis	1255
73.8. Usucapião como matéria de defesa	1255
74. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS	1257
74.1. Introdução	1257
74.2. Procedimento da ação de demarcação	1259
74.3. Procedimento da ação de divisão	1260
75. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	1263
75.1. Introdução	1263
75.2. Inventário negativo	1264
75.3. Competência e universalidade do foro sucessório	1265
75.4. Questões de alta indagação	1265
75.5. Administrador provisório	1266
75.6. Inventariante	1267
75.7. Arrolamento sumário	1268
75.8. Arrolamento comum	1270
75.9. Procedimento do inventário	1270
75.10. Colação	1273
75.11. Sonegação	1274
75.12. Pagamento das dívidas	1275
75.13. Herdeiro preterido	1276
75.14. Partilha	1276

76. EMBARGOS DE TERCEIRO	1281
76.1. Conceito	1281
76.2. Hipóteses especiais de embargos de terceiro	1282
76.3. Legitimação	1284
76.4. Competência	1286
76.5. Prazo para ingresso dos embargos de terceiro	1287
76.6. Procedimento	1289
77. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	1293
77.1. Introdução	1293
77.2. Procedimento	1294
78. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS	1297
78.1. Introdução	1297
78.2. Legitimidade	1298
78.3. Competência	1299
78.4. Procedimento	1299
79. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO	1303
79.1. Introdução	1303
79.2. Procedimento da execução do preço	1304
79.3. Procedimento para recuperação da coisa vendida	1304
80. AÇÃO MONITÓRIA	1307
80.1. Conceito	1307
80.2. Natureza jurídica	1308
80.3. Admissibilidade	1310
80.4. Fazenda Pública e ação monitória	1312
80.5. Incapaz e ação monitória	1313
80.6. Ingresso da monitória	1314
80.7. Expedição do mandado monitório e citação do réu	1316
80.8. Posturas do réu	1316
80.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório	1318
80.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente	1318

80.11. O pronunciamento que defere o mandado monitorio considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1319
80.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitorio como decisao interlocutoria	1321
80.13. O merito no processo monitorio e seu julgamento	1322
80.14. Natureza juridica dos embargos ao mandado monitorio	1325
80.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitorio	1327
80.16. Fase de cumprimento de sentenca	1329
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1331